



GUERRA NO ORIENTE MÉDIO

Países exigem ajuda irrestrita à Gaza

Em comunicado conjunto, 22 governos instam Israel a liberar a assistência humanitária ao território palestino, após o anúncio de auxílio limitado. Segundo a OMS, 2 milhões de pessoas passam fome no enclave

Após 78 dias de bloqueio total, o governo de Israel anunciou, ontem, a liberação parcial da ajuda humanitária para a Faixa de Gaza. Em vídeo, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu reafirmou que assumirá o controle do território palestino, assinalando ainda que, “não devemos deixar que a população caia na fome, nem por razões práticas, nem por razões diplomáticas”. Segundo ele, “os amigos” de Israel disseram que não tolerariam “imagens de fome em massa” no enclave.

Foi, então, autorizada a entrada de cinco caminhões de ajuda — “uma gota no oceano”, definiu a Organização das Nações Unidas (ONU). A comunidade internacional reagiu e exigiu a retomada completa do auxílio.

Em declaração conjunta, divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, 22 países — incluindo França, Reino Unido, Canadá, Japão e Austrália — reivindicaram que a assistência seja organizada pelas Nações Unidas e por organizações não governamentais (ONGs).

Inicialmente, nove caminhões com ajuda da ONU foram autorizados a entrar na Faixa de Gaza. Posteriormente, no entanto, o governo israelense confirmou a entrada de apenas cinco veículos.

Após mais de dois meses de bloqueio total, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alertou que 2 milhões de pessoas passam fome no território palestino. Na semana passada, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o aliado mais próximo de Israel, admitiu que “há muitas pessoas passando fome” em Gaza.

“A população em Gaza enfrenta a fome e deve receber a ajuda de que necessita desesperadamente”, exortaram os ministérios de Relações Exteriores de Austrália, Canadá, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Eslovênia, Espanha, Suécia e Reino Unido. A chefe da diplomacia da União Europeia, Kaja Kallas, também assinou o texto.

As chancelarias desses países consideram que o “novo modelo de distribuição” restrita decidido por Israel “coloca em perigo os beneficiários e os trabalhadores humanitários, afeta o papel e a independência da ONU e de nossos parceiros de confiança e relaciona a ajuda



Em Jambália, deslocados se reúnem para receber porções de alimentos em uma distribuição de caridade: 78 dias de bloqueio

humanitária a objetivos políticos e militares”. “A ajuda humanitária nunca deve ser politizada, e o território palestino não deve ser reduzido ou submetido a nenhuma mudança demográfica”, atesta o comunicado.

Em outra manifestação, os líderes da França, Canadá e Reino Unido pediram a Israel o fim das “ações escandalosas” na Faixa de Gaza e prometeram responder com “medidas concretas” caso não cesse a ofensiva militar e não desbloqueie a ajuda humanitária.

“Israel sofreu um atentado atroz em 7 de outubro. Sempre apoiamos o direito de Israel de defender os israelenses contra o terrorismo, mas essa escalada é totalmente desproporcional”, escreveram o francês Emmanuel Macron, o canadense Mark Carney e o britânico Keir Starmer. “Não ficaremos de braços cruzados.”

Bebês

O governo Netanyahu informou que começaria o desbloqueio permitindo a entrada de caminhões com



População abandona o que restou de suas casas, em meio a ordens de evacuação israelenses: Netanyahu diz que assumirá o controle

alimentos para bebês. A autorização para ajuda parcial coincide com um momento de intensificação da ofensiva contra o Hamas, que deixou mais de 50 mortos em Gaza somente ontem.

O Exército israelense divulgou no domingo a nova operação contra o movimento islamista palestino Hamas, que governa o território

devastado e desencadeou a atual guerra com o ataque contra Israel em 7 de outubro de 2023.

“Os combates são intensos, e estamos progredindo. Tomaremos o controle de todo o território da Faixa”, ressaltou o chefe de Governo israelense no vídeo. “Não vamos ceder. Mas, para ter sucesso, temos que agir de forma que não nos detenham”,

acrescentou, ao explicar o que levou Israel a autorizar a entrada limitada de ajuda humanitária no enclave bombardeado.

Israel impõe o bloqueio a Gaza desde 2 de março, que impede a entrada de insumos básicos no território de 2,4 milhões de habitantes. O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, alertou para a dramática situação no território. “Há toneladas de comida bloqueadas na fronteira”, destacou.

Bombardeios

De acordo com a Defesa Civil de Gaza, os bombardeios realizados ontem pelas forças de Israel mataram 52 pessoas em diferentes pontos do território. “Foi como o Apocalipse”, disse Mohamed Sarhan, morador de Khan Yunis, a principal cidade do sul

“Não devemos deixar que a população caia na fome, nem por razões práticas, nem por razões diplomáticas”

Benjamin Netanyahu,
primeiro-ministro de Israel

“A ajuda humanitária nunca deve ser politizada, e o território palestino não deve ser reduzido ou submetido a nenhuma mudança demográfica”

Trecho de nota assinada
por 22 países

da Faixa de Gaza, à agência de notícias France Presse (AFP). “Há disparos vindos de todos os apartamentos, rajadas de fogo, caças F-16 e helicópteros atirando”, disse ele.

O porta-voz militar israelense em árabe, Avichay Adraee, havia pedido anteriormente aos moradores da cidade que deixassem o local imediatamente. “De agora em diante, Khan Yunis será considerada uma zona de combate perigosa”, avisou, nas redes sociais.

Em meio a esse cenário, o movimento islamista negocia uma nova trégua de maneira indireta com Israel. As conversas acontecem no lado do Egito e dos Estados Unidos, mas não apresentaram resultados até a noite de ontem.

Netanyahu declarou, em mais de uma ocasião, que está aberto a um acordo de trégua que inclua o fim da ofensiva, mas põe como condição o “exílio” do Hamas e o desarmamento do território, reivindicações até agora rejeitadas pelo movimento palestino.

PÓS-BREXIT

Reino Unido e União Europeia fecham acordo

Cinco anos após a formalização do Brexit, que oficializou o divórcio entre o Reino Unido e a União Europeia, Londres e Bruxelas inauguram uma fase de reaproximação. Ao fim de vários meses de negociações, as duas partes chegaram, ontem, a uma série de acordos para reger as relações a partir de agora. O acerto estabelece uma parceria estratégica de defesa e comercial, bem como a prorrogação de um acordo de pesca, que expiraria no ano que vem e que permite que navios europeus pesquem em águas britânicas e vice-versa, por mais 12 anos, até 2038.

Bruxelas e Londres estabelecerão um acordo sanitário e fitossanitário para facilitar essas negociações agrícolas e também se comprometem a uma

“cooperação mais próxima” sobre os direitos de emissão, permitindo que empresas britânicas evitem o imposto sobre carbono da UE. Com isso, o Reino poderá exportar seus produtos com mais facilidade para o mercado europeu.

Ambas as partes concordaram em reduzir os controles sobre os alimentos em suas futuras exportações, uma importante demanda britânica no âmbito das negociações na Lancaster House, em Londres, para relançar as relações diplomáticas e comerciais. Segundo o governo britânico, essas medidas devem contribuir com “cerca de 9 bilhões de libras (R\$ 68 bilhões de reais) para a economia do Reino Unido até 2040”.

“Essa cúpula marca uma nova



O premiê Keir Starmer e Ursula von der Leyen, da UE: reaproximação

era em nossas relações”, celebrou o primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, em um coletiva de imprensa concedida ao lado da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e do presidente do Conselho, Antonio Costa, ao fim do encontro. Von der Leyen mencionou um “momento histórico” entre os parceiros que “buscam os mesmos objetivos” e “compartilham os mesmos valores”.

O trabalhista Starmer tenta encontrar um equilíbrio difícil entre seu desejo de fortalecer os laços com os 27 países do bloco e evitar alimentar a extrema direita britânica, que defende um Brexit rígido.

As negociações tiveram pontos sensíveis, como cotas de pesca e mobilidade dos jovens

— não se chegou a um acordo completo sobre o tema. Bruxelas quer que europeus entre 18 e 30 anos possam estudar ou trabalhar no Reino Unido por vários anos, e vice-versa, enquanto o governo Starmer, que fez da redução da imigração uma de suas prioridades, quer um acesso mais limitado.

Já em relação à defesa, desde o início das negociações, as partes demonstraram disposição de chegar a um acordo, em meio aos esforços da Europa para se rearmar contra a ameaça russa e as incertezas geradas pelo presidente dos EUA, Donald Trump. Londres tem muito a ganhar com o pacto, que pode permitir que empresas de defesa britânicas se beneficiem de contratos financiados pela UE.